



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007051-74.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Telefonia**
 Requerente: **PF INFORMATICA LTDA**
 Requerido: **VIVO SA**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

PF INFORMÁTICA LTDA, qualificado na inicial, ajuizou ação de Procedimento Ordinário em face de VIVO SA, também qualificada, alegando que no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2015 teria recebido da ré cobrança de “serviços de terceiros” nas faturas de sua linha telefônica, totalizando R\$8.815,74, sem que tenha a ré esclarecido que serviço seria esse, a despeito de que inúmeras vezes abordada a prestar a justificativa ou resolver a pendência, e porque nunca se utilizou de tal serviço nem autorizou sua cobrança, requereu a declaração de inexistência do débito, a condenação da ré a repetir os valores indevidamente cobrados e pagos pelo dobro, e ainda ao pagamento de uma indenização pela dano moral em valor equivalente a 10 salários mínimos, na medida em que a obrigou a desembolsar vultosa quantia a partir de ato abusivo.

A ré contestou o pedido alegando inépcia da petição inicial por falta de delineamento da causa de pedir e pela falta de comprovação do dano moral, enquanto no mérito afirmou não haja uma certeza dos fatos alegados e que os serviços cobrados são regulares, pois do contrário teriam sido verificados e restituídos, de modo a concluir seja infundado o reclamo da autora que deve pagar pelos serviços que utiliza, destacando que “serviço de terceiro” seria referente a algum serviço não previsto no contrato inicial mas contratado pela autora, concluindo pela improcedência da ação.

A autora replicou postulando a rejeição da preliminar e o acolhimento do pedido pelo mérito.

É o relatório.

DECIDO.

As alegações da ré não guardam referência alguma com o fato principal no qual a autora fundamenta seu pedido, qual seja, o tal “serviço de terceiro” que a ré define como “referente a algum serviço” que não identifica e que admite expressamente “não previsto no contrato inicial de adesão” mas que “foi contratado pela autora” (sic fls. 57).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ou seja, a ré admite a não contratação do serviço e afirma um fato modificativo consistente numa suposta contratação posterior.

Caberia então à ré fazer o argumento acompanhar da respectiva prova, qual seja, a via original do contrato com a assinatura da autora.

Esse documento, porém, não veio acostado à contestação.

Ora, trata-se aqui de típica relação de consumo, na qual cumpre ao fornecedor demonstrar a validade do contrato, a propósito da clara regra do inciso VIII do art. 6º, do Código de Defesa do Consumidor.

Mas, ainda que assim não fosse, não seria de direito impor-se ao autor o ônus de demonstrar que não firmou o contrato, pois, a propósito do brocardo *negativa non sunt probanda*, deve-se observar que “o fato negativo não se prova, salvo se dele resultar uma afirmação” (cf. MOACYR AMARAL SANTOS - *Prova Judiciária no Cível e Comercial*, Saraiva, 5ª ed., vol. I, págs. 192 e seguintes – in Ap. nº. 640.484-00/1 - 8ª Câmara do Segundo Tribunal de Alçada Civil – v. u. - WALTER ZENI, Relator¹).

Assim é que, não tendo a ré apresentado documento efetivamente firmado pelo punho da autora, autorizando o débito em discussão, não há como se atender à tese de defesa, de que o serviço tenha sido efetivamente contratado pela autora e que legítima seria sua cobrança.

O *fato do serviço*, portanto, é inegável, cumprindo declarar-se inexistente a relação jurídica do contrato e devida a repetição dos valores pagos, inclusive pelo dobro, na forma do parágrafo único do artigo 42 do C.D.C., atento a que tenha existido efetivo pagamento por força da cobrança indevida por parte da ré, uma vez que “A repetição dobrada de que trata o artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor só tem lugar quando houver o pagamento indevido pelo consumidor, interpretação que, aliás, decorre de mera leitura do dispositivo referido: “O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.” Se não houve pagamento indevido, como no caso, inexistente direito à repetição em dobro, sendo despicienda maior digressão a respeito, dada a clareza da lei de proteção ao consumidor, aqui aplicável” (cf. Ap. nº 0011899-25.2010.8.26.0590 - 25ª Câmara de Direito Privado TJSP - 20/02/2014²).

No que diz respeito ao dano moral, entretanto, não há como se entender caracterizado na hipótese analisada uma vez que essas cobranças vinham sendo feitas desde janeiro de 2013 e poderiam ter sido de pronto reclamadas pela autora sem a necessidade de acumular o que chama de vultosa quantia diante de seus “*parcos recursos*” (sic), deixando para ajuizar a ação dois anos e meio depois.

Não há, nessas circunstâncias, como se reconhecer a ofensa subjetiva.

O pedido é procedente em parte e a ré deve, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que DECLARO INEXISTENTE a contratação do serviço de terceiro referente a linha telefônica em nome da autora PF INFORMÁTICA LTDA, tendo como credora a ré VIVO SA, e em consequência CONDENO a ré VIVO SA a repetir em favor da autora PF INFORMÁTICA LTDA a importância de R\$8.815,74 (oito mil oitocentos e quinze reais e setenta e quatro centavos), acrescida de correção monetária pelo INPC a contar de cada desembolso, e juros de mora de 1% ao mês a contar da citação, devendo o total assim apurado ser totalizado pelo seu dobro, na forma do artigo 42, parágrafo único do C.D.C., e condeno a ré ao pagamento das

¹ LEX - JTACSP - Volume 185 - Página 431.

² www.esaj.tjsp.jus.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

P.R.I.

São Carlos, 02 de setembro de 2015.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**